

A Unimed Porto Alegre durante os governos Geisel e Figueiredo:

resistência em tempos difíceis

CLAUDIA MUSA FAY*

GENECI GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

A presente comunicação enfoca as vivências na cooperativa de médicos a partir da memória de seus fundadores, em cujas entrevistas procura-se dar visibilidade aos médicos que criaram a Unimed Porto Alegre e os revezes sofridos durante os governos Geisel e Figueiredo.

Através da história oral, pode-se verificar que durante a gestão do médico Arnaldo Mallmann, presidente da cooperativa médica entre 1974 e 1984, a Unimed Porto Alegre encontrou formas de resistir às medidas autoritárias do governo. Em especial, foi analisado o caso do médico Carlos Avelino Fonseca Brasil.

Os depoimentos recolhidos possibilitaram a análise das pressões e perseguições sofridas por profissionais da saúde considerados “suspeitos” pelo regime, assim como exemplificam a maneira como as autoridades atuaram durante o regime militar e as formas de resistência dos dirigentes da cooperativa. Conforme Norberto Bobbio (1997:30), “somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos e lembramos”.

Segundo Pollock (1989:6), frente a uma lembrança traumatizante, algumas vítimas preferem o silêncio; no caso de Carlos Brasil, pouco falou sobre sua prisão, e apesar da perseguição que sofreu, o que transparece no depoimento é a gratidão. No período que perdeu o emprego e todos lhe viraram as costas, Arnaldo Mallmann é lembrado por ter lhe oferecido um emprego e lhe defendido.

“Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança ‘comprometedora’, preferem, elas também, guardar silêncio” (POLLOCK, 1989:6).

Entre os fundadores, primeiros funcionários da Unimed Porto Alegre, foi entrevistado o médico Carlos Brasil, que foi Superintendente durante a Presidência de Arnaldo Mallmann. Mesmo tendo permanecido poucos anos na Cooperativa, sua entrevista foi extremamente interessante e mostrou aspectos humanos que não eram esperados, especialmente da

* PUCRS, Doutora em História.

** Doutora em História.

personalidade de Mallmann e da atuação da cooperativa em relação aos médicos no período da Ditadura Militar.

Ao confrontar sua narrativa com outras fontes, encontrou-se, na pesquisa efetuada no acervo digital do Jornal O Estado de São Paulo, no dia 1º de dezembro de 1977, a reportagem sobre a Unimed que dizia que: “A sociedade cooperativa de serviços médicos divulgou ontem uma nota oficial em defesa do médico Carlos Avelino Fonseca Brasil, especializado no combate à Tuberculose, um dos 97 citados no relatório do ex-ministro do Exército Sylvio Frota”.

A nota condena a atitude do Secretário Estadual de Saúde, Jair Soares, que demitiu o profissional logo após ter tomado conhecimento da denúncia de que ele estaria envolvido com atividades subversivas, não obstante o médico ter sido julgado e absolvido pela Justiça Militar em duas instâncias.

Destaca-se o importante papel do Dr. Mallmann, admirado por muitos pela sua integridade e senso de justiça e pelo apoio ao movimento cooperativista e na organização da Unimed. Existe a menção de que sua própria casa foi dada como garantia da cooperativa.

Dr. Carlos foi demitido em março de 1976, no cargo de técnico da Supervisão Regional de Saúde, onde trabalhava desde março de 1971. Segundo o próprio secretário Jair Soares, “era um bom funcionário”¹, no entanto, ao tomar conhecimento que ele teria participado de atos subversivos, determinou a imediata demissão.

Entre os gaúchos citados na relação, estavam cinco funcionários da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado, Walter Meuci Nique, Marinês Zandavali Grando, Calino Ferreira Pacheco Filho, Dilma Vana Rousseff Linhares e Hélios Puig Gonzalez.²

Em 1977, depois de serem presos, alguns torturados e perseguidos, o grupo de funcionários parecia ter retomado a vida profissional e acadêmica. Entretanto, apesar do General Sylvio Frota ser o ministro do Exército do governo Geisel entre 1974 e 1977, depois de desentendimentos entre eles, foi demitido. Frota, que representava a “Linha Dura” do Exército marcada pela preocupação do combate ao comunismo e cuja pretensão era suceder a Geisel na presidência, nunca o perdoou.

O país passava pelo processo de abertura política e a publicação do documento era uma forma de protesto da ala mais conservadora. A demissão de Frota ocorreu em outubro e a publicação nos jornais com a lista de 97 nomes aconteceu em novembro. No entanto, a

¹ Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, 26 nov. 1977, p. 12.

² O documento contendo os nomes dos 97 funcionários públicos acusados de subversão foi publicado pelo jornal O Estado de São Paulo no dia 24 de novembro de 1977, nas páginas 22 e 23.

perseguição era anterior. O próprio Secretário da Saúde, na época, Jair Soares, declarou que o médico em questão já tinha sido demitido.

Continuando a pesquisa na imprensa, anos mais tarde, o jornal Zero Hora (RODRIGUES, 2012) recordou o caso e voltou a entrevistar os gaúchos da lista.

Naquela época, como conta Calino em entrevista para Zero Hora em 2012, quem tinha ficha no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) encontrava muita dificuldade em conseguir emprego. Sem perspectiva, Dilma e Walter Nique dedicaram-se à vida acadêmica. Ela foi fazer mestrado em Campinas e Walter Nique mudou-se para a França para realizar seu Doutorado em Economia. O professor Hélios Puig foi para Florianópolis fazer o mestrado e dar aulas em Caxias, Canoas e Santa Cruz do Sul, porém sua demissão destas instituições ocorreu na sequência. Quanto a Carlos Brasil, perdeu seu emprego no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e na Serviços Médicos a Indústria e Comércio Ltda. (SEMIC)³.

Segundo o jornalista Carlos Cunha Carlusi, só escapou quem estava na Assembleia Legislativa, assim como ele, que na época trabalhava na assessoria de imprensa da Assembleia, o advogado Paulo Ziulkoski e o economista Paulo de Tarso Loguecio Vieira foram mantidos em seus cargos. A lista tratava os funcionários públicos como “comunistas infiltrados”.

Recorreu-se, em seguida, às fontes documentais que estão digitalizadas e *online* no Arquivo Nacional. Realizando uma busca pelo nome do médico Carlos Avelino Fonseca Brasil, foram encontradas 62 referências, entre documentos confidenciais do Sistema Nacional de Informações (SNI), DOPS, II Exército, Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e Ministério da Aeronáutica⁴. Todos tratavam da trajetória do médico e foram úteis para traçar a cronologia dos acontecimentos, pois cada atividade é datada.

Percebe-se, hoje, refletindo sobre o relato do médico Carlos Brasil que a perseguição política, no seu caso, iniciou com sua prisão em 1975 e, poucos meses após ser solto, não tinha mais nenhum emprego, inclusive na empresa SEMIC, da qual era um dos sócios majoritários, mas precisou se retirar. Os outros sócios, constrangidos pelas retaliações do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), forçaram sua retirada.

Diversos fatores são atribuídos à forma como se deu o processo de abertura da Ditadura Militar, mas o processo sociopolítico impulsionado por diversos movimentos de

³ SEMIC Serviços Médicos da Indústria e Comércio era uma empresa de Medicina de Grupo que prestava serviços para o INAMPS.

⁴ No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro encontra-se o FUNDO: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB.

resistência, formado por diferentes atores da sociedade civil, colaborou para este desfecho. O estudo de caso abordado nesta comunicação só vem à tona pela História Oral, na medida em que, com o intuito de realizar uma pesquisa sobre o surgimento da Unimed Porto Alegre, foram realizadas, no ano de 2017, diversas entrevistas com os médicos fundadores e funcionários mais antigos da cooperativa médica. A entrevista do Dr. Carlos Brasil chamou a atenção nessa pesquisa pela emoção com que ele trouxe um pequeno recorte de jornal. Durante o depoimento, ele demonstrou um enorme sentimento de gratidão ao Dr. Arnaldo Mallmann, presidente da Unimed Porto Alegre entre 1974 e 1984.

Utilizou-se, neste estudo, esta entrevista oral⁵ de 23 minutos (BRASIL, 2017), que também foi filmada. Num segundo momento, recorreu-se à bibliografia, aos documentos dos Exército e do DOPS e do SNI, recolhidos no Arquivo Nacional, e à imprensa da época.

Durante o período da Ditadura Militar, cinco generais assumiram a presidência da República, sendo mais relevante para esta comunicação o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979). Identificado com militares da ala *Castelista*, o governo Geisel dava sinais de crise, que culminou com a abertura política em 1979. Um desses sinais foi o “fim do milagre econômico”, e como evidência pode-se citar a queda da taxa de crescimento de 14% em 1973 para 8% em 1974; o aumento da dívida externa de 9,5 bilhões de dólares para 17,1 bilhões de dólares em dois anos (1972-1974); e a taxa de inflação anual de 19,75% entre 1970 e 1973 para 48% em 1976. Os índices econômicos preocupantes se refletiam no campo social e político (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, 2007:23).

O Governo Geisel, no campo político, enfrentava uma disputa com parte dos chamados “militares linha dura”, que consideravam seu governo brando e tentavam impor retrocessos à democratização.

Durante seu governo, ocorreram alguns fatos de caráter autoritário e repressivo, entre eles a tortura e assassinato de Vladimir Herzog, numa cela do DOI CODI em São Paulo em 1975. Outro caso, nos meses seguintes, envolveu o operário Manoel Fiel Filho, morto no dia 17 de janeiro de 1976, nas dependências do DOI de São Paulo. Naquela altura, segundo Elio Gaspari (2004:220), o regime acumulava em torno de 300 mortos e seis mil denúncias de torturas.

Em 1977, o Ministro do Exército, General Sylvio Frota, ao ser demitido pelo Presidente Geisel, denunciou a presença de comunistas na máquina do Estado. Procurava

⁵ Entrevista realizada por Claudia Musa Fay, Débora Soares Karpowicz e Leonardo Conedera, em Porto Alegre, em maio de 2017.

assim demonstrar que o governo estava desestruturado e articulava suceder a Geisel na presidência. Sua estratégia não foi bem sucedida e acabou encaminhando para a imprensa o manifesto com 97 nomes de “comunistas” na máquina do Estado. Os integrantes da “linha dura” não aceitavam a abertura democrática.

Percebe-se, ao analisar a entrevista do médico Carlos Brasil, que a perseguição iniciara bem antes. Ele foi preso em 1975 e perdeu seus empregos no mesmo ano, ou seja, dois anos antes da publicação do manifesto já estava sendo perseguido.

Segundo a documentação “confidencial” encaminhada ao Ministério do Exército pelo DOI CODI II Exército, existe divergência na documentação se Carlos Brasil foi preso em 12 de janeiro de 1975 pelo DOPS/RS ou em 20 de fevereiro de 1975 pelo DOI CODI II Exército. Indiciado como “subversivo”, pesava contra ele acusações de reuniões desde 1967 com Carlos Franklin Araujo. Em março de 1969, passou a atuar no interior do Brasil, foi para Brasília entre abril e setembro de 1969 e depois, para Tocantinópolis, em Goiás. Em 1971, voltou para Porto Alegre e chegou a participar das reuniões da VAR Palmares, organização que se formou da fusão da VPR e COLINA, liderada por Carlos Franklin Araújo, Maria do Carmo Brito e Juarez Guimarães Brito, além de incursões pelo interior do Brasil nos estados de Mato Grosso e Goiás.

Segundo relatou, se formou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1967, logo depois foi fazer saúde pública no interior do Brasil, em 1971 voltou para Porto Alegre para trabalhar e, segundo suas palavras, “tinha uma participação política forte.” Em outro momento, conta que chegou a ser preso:

Saí da prisão e não tinha nenhum emprego. Meus sócios me disseram que se eu permanecesse na SEMIC perderiam os convênios. Meus sócios me tiraram...
[...] Foi nesse momento que o grande Dr. Mallmann me convidou para trabalhar..., ele não me conhecia, era meados de 1975.

Em 1971, voltou a Porto Alegre para trabalhar como perito médico do INSS e tornou-se sócio da SEMIC. Foi liberado em 6 de março 1975. Ao sair da prisão, não tinha mais emprego. Foi demitido da Secretaria Estadual de Saúde e da Medicina de Grupo SEMIC Serviços Médicos da Indústria e Comércio da qual era sócio majoritário.

Foi denunciado à 3ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), no processo nº 09/75, e a absolvição, por unanimidade, em 25 de maio de 1976, não livrou o médico de continuar sendo perseguido, pois o Ministério Público Militar recorreu. Em 1976, foi aprovado no Concurso

do DASP para preencher uma vaga no INPS em Porto Alegre, mas logo foi demitido pelos antecedentes.

Desesperado com a falta de emprego, conta que Mallmann lhe ofereceu um emprego para trabalhar na Unimed Porto Alegre. Devido à sua experiência comercial, começou a trabalhar nessa área e passou, rapidamente, a superintendente.

Arnaldo Mallmann presidiu a Cooperativa entre 1974 e 1984, durante os governos do General Ernesto Geisel e de João Figueiredo. Durante a sua gestão, a Unimed Porto Alegre sofreu forte pressão para parar de anunciar no jornal publicado pela Cooperativa de Jornalistas do Rio Grande do Sul, o “Coojornal”, cuja periodicidade era mensal e era conhecido pelas críticas que fazia ao regime. A Cooperativa resistiu às pressões e continuou anunciando no Coojornal.

Carlos Brasil lembra que se impressionou com a firmeza de caráter de Mallmann quando, em 1977, foi demitido da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul. A UNIMED Porto Alegre inclusive publicou nos jornais uma nota oficial em sua defesa.

Na ocasião, havia uma disputa pelo nome que seria indicado para suceder o presidente Geisel e um dos postulantes à presidência era o general Sylvio Frota, e houve o pedido para que a Unimed Porto Alegre demitisse o médico que, depois de alguns meses de contratação, ocupava o cargo de superintendente. Mallmann recusou e solicitou uma ordem por escrito, que nunca chegou. Além disso, numa época de censura à imprensa, mandou publicar uma nota nos jornais em defesa do médico. A nota condenava a atitude do Secretário Estadual da Saúde, que demitiu o profissional logo que soube do relatório.

O médico, que trabalhava como técnico da Supervisão Regional de Saúde, coordenava o combate à tuberculose e foi demitido, mesmo tendo sido absolvido pela Justiça Militar em duas instâncias. No entanto, com o apoio de Mallmann, continuou seu trabalho na Cooperativa.

Carlos Avelino Brasil guarda até hoje um pequeno recorte da nota publicada no jornal Correio do Povo em 1º de dezembro de 1977 (Figura 1). O caso foi comentado também pelo Estado de São Paulo, que publicou uma notícia destacando o papel da Cooperativa de médicos de Porto Alegre na defesa do médico.

Figura 1 - Nota do Correio do Povo referente a Carlos Avelino Brasil



Fonte: acervo de Carlos Avelino Brasil

Em 1974, o anestesista Arnaldo Silvestre Mallmann assumiu a presidência da Unimed Porto Alegre, onde permaneceu durante dez anos. Ele fora aluno da Escola de Especialistas da Aeronáutica e chegou a ser controlador de voo, depois estudou medicina, formando-se em 1966, pela UFRGS.

O Manifesto do General Frota foi publicado na imprensa em 24 de novembro de 1977, e o “a pedido” que a Unimed publicou foi em 1º de dezembro de 1977. Seguindo a cronologia dos fatos, recorreu-se novamente à imprensa e o Jornal O Estado de São Paulo publicou, em 26 de novembro de 1977, na página 12, uma matéria dizendo que a Cooperativa Unimed defendia médico. Na reportagem, o governador Sinval Guazzelli dizia que não dava crédito à lista de Frota. No entanto, o Secretário de Saúde Jair Soares revelou que o médico já fora demitido no início do ano. Segundo suas palavras, “era um bom funcionário”, mas não teve dúvidas em demiti-lo depois de ter recebido as informações do SNI. Logo, entende-se que não foi depois da publicação da lista que ele foi demitido, pois sua perseguição começou antes, logo após sua prisão.

Carlos Brasil chegou a ser superintendente e conta que trabalhou muito com Mallmann e viu a Unimed crescer. Fizeram várias viagens para o interior, plantando as sementes do cooperativismo em cidades menores.

Segundo depoimento de outro médico fundador, o Dr. Brentano (2017), o nome de Mallmann surgiu na sua casa durante uma reunião, concorreu em chapa única e permaneceu na presidência dez anos, período em que a Cooperativa se estruturou internamente e buscou novos mercados.

Era necessário mostrar que a Unimed era uma organização estabelecida e não uma ideia fantasiosa de alguns sonhadores. “Naquela época, a previdência social ainda conseguia atender bem seus segurados, dando certo grau de satisfação aos empresários que não precisavam se valer de atendimentos alternativos de saúde para seus funcionários.”

Dentre as realizações da sua gestão, merece destaque a compra de uma sede própria, na Rua Santa Terezinha, n.º 345 (Figura 2). Além das duas casas iniciais da Rua Santa Teresinha, n.º 345 e n.º 335, ainda na sua gestão, adquiriu um edifício de quatro andares na mesma rua, no n.º 142.

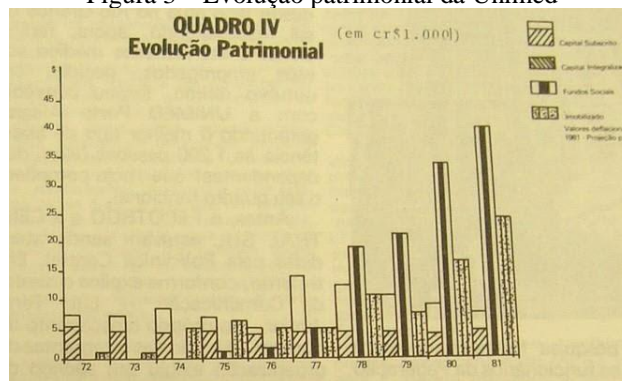
Figura 2 – Sede da rua Santa Terezinha



Fonte: Jornal Unimed, n. 1, nov. 1980.

A evolução do patrimônio continuava (Figura 3); outra casa foi adquirida em 1978 e a entidade foi levada para um novo prédio de quatro andares, com 31 dependências, em 1980 (Figura 4).

Figura 3 – Evolução patrimonial da Unimed



Fonte: Jornal Unimed, n. 9, dez. 1981.

Figura 4 – Nova sede da Unimed Porto Alegre em 1980



Fonte: Jornal Unimed, ano I, n. 5, mar. 1981.

Outra ação importante durante a gestão do Doutor Arnaldo Mallmann foi a criação do plano feito para os médicos e o plano familiar (Figura 5). Carlos Brasil lembra, na entrevista, a importância do plano de saúde para o médico e sua família que não existia até então.

Figura 5 – Divulgação do Plano Famed



Fonte: Jornal Unimed Porto Alegre, ano 1, n. 2, dez. 1980

Em 1982, a cooperativa ganhou no Superior Tribunal Federal (STF) um processo que durou oito anos. O STF decidiu que a Unimed Porto Alegre não devia Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Porto Alegre. O advogado Marco Antônio de Rose defendeu os interesses da Unimed Porto Alegre na Suprema Corte e a decisão favorável livrou a cooperativa de um preocupante encargo. Foi uma decisão importante para o sistema de cooperativas de médicos como um todo (JORNAL UNIMED PORTO ALEGRE, ano II, n. 12, jun. 1982).

Mallmann deixou a presidência em março de 1984, e contou, em entrevista para o Jornal Unimed, que tudo era custoso no início, não havia faixa de crédito ou capital de giro e nos primeiros seis anos seus diretores não receberam. As empresas conveniadas não tinham como avaliar o desempenho. O presidente se orgulhava de deixar a Cooperativa sem dívidas e

sem empréstimos, com patrimônio, e no último trimestre de 1983, conseguiu distribuir as sobras entre os associados.

O legado do presidente Mallmann foi muito importante, e sua gestão se estendeu por um período de dez anos, nos quais a Cooperativa ganhou força e consolidou-se no mercado. Conforme relato de José Carlos Diehl (2017), Mallmann “sustentou a Unimed no tempo que ninguém se interessava”. Findado esse período, novo ciclo iniciou-se quando Belmir Bruno Barison assumiu a presidência do Conselho administrativo, com novos desafios e em um contexto sociopolítico efervescente.

Os problemas iniciais enfrentados pelos primeiros fundadores já haviam sido superados; a primeira fase, que pode ser chamada de fase da implantação da ideia do cooperativismo e de sua estruturação organizacional, havia sido superada por Mallmann e sua equipe, que conseguiram consolidar a marca em Porto Alegre. Sendo assim, estavam definitivamente alicerçadas as bases da Unimed Porto Alegre, com o crescimento do patrimônio e da confiança dos cooperados, colaboradores e associados.

Concluindo esta comunicação, percebe-se que vivemos numa época de relativização de valores fundamentais, e a trajetória destes médicos fundadores da Unimed Porto Alegre e suas memórias são muito significativas.

Mesmo que permeado por silêncios, foi importante reconstruir o episódio evidenciado pela emoção e pela gratidão com que o depoente guardava aquele pequeno recorte de jornal. Revelou uma forma de violência de perseguição política de uma época, mas também de resistência ao trazer à tona a personalidade de uma figura como o Dr. Mallmann, que, mesmo enfrentando pressões de todo tipo, teve a coragem de estender a mão ao colega de profissão.

Percebe-se a força da memória dos que são atingidos pelo autoritarismo porque ela, apesar da passagem do tempo, ainda permanece entre nós.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Fundo:** Serviço Nacional de Informações- BR DFANBSB; BR DFANBSB V8. MIC, GNC.AAA.75087906 – Dossiê; BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75088656 – Dossiê; BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75088656 – Dossiê; BR DFANB V8. MIC, CNC.AAA.76091433- Carlos Avelino Fonseca Brasil, INPS, Dossiê; BR DFANBSB V8.MIC. GNC. EEE.81009400- Carlos Avelino Fonseca Brasil, Honório, Gumercindo, Chico ou Chiquinho – Dossiê. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória:** de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL, Carlos Avelino Fonseca. **Memória UNIMED Porto Alegre**. [Entrevista concedida a] Claudia Musa Fay, Débora Soares Karpowicz e Leonardo Conedera. Porto Alegre, maio 2017.

BRENTANO, Loreno. **Memória UNIMED Porto Alegre**. [Entrevista concedida a] Claudia Musa Fay, Débora Soares Karpowicz e Leonardo Conedera. Porto Alegre, maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE. **Movimento Sanitário Brasileiro na década de 70: a participação das universidades e dos municípios: memórias**. Brasília: CONASEMS, 2007.

CORREIO DO POVO. **Declaração**. Porto Alegre, 1 dez. 1977.

DIEHL, José Carlos. **Memória UNIMED Porto Alegre**. [Entrevista concedida a] Claudia Musa Fay, Débora Soares Karpowicz e Leonardo Conedera. Porto Alegre, maio 2017.

GASPARI, Elio. **A Ditadura encurralada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

JORNAL UNIMED, Porto Alegre, dez. 1980; mar. 1981; dez. 1981; jun. 1982.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 26 nov. 1977, p. 12.

POLLOCK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, Juliano. Como vivem hoje os “comunistas” da lista do General Sylvio Frota. **Zero Hora**, Porto Alegre, 8 dez. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/12/como-vivem-hoje-os-comunistas-da-lista-do-general-sylvio-frota-3976137.html>. Acesso em: 10 out. 2020.